

Esse artigo apareceu originalmente em maio 2015 em [Food Tank](#). Tradução por Miranda Chase.

A História se Repete como Farsa: Concessão de Terras sem Consulta Pública em Moçambique

Timothy A. Wise

Em finais de Abril de 2015, o governo de Moçambique começou um processo de consulta pública com comunidades locais do Corredor de Nacala, a respeito do grandioso projecto [ProSAVANA](#), amplamente denunciado por oponentes como sendo uma iniciativa de usurpação de terras. Tais consultas foram imediatamente repudiadas por membros das comunidades, os quais disseram que as reuniões violaram uma série de leis moçambicanas sobre o acesso à informação e o processo de consulta pública com comunidades afectadas.

Mais ultrajante ainda, as consultas não aconteceram em antecedência ao projecto, mas sim, seis anos depois que investidores brasileiros ouviram pela primeira vez sobre o plano, dois anos depois que o projecto vazou para o público em geral, e em um momento em que vários conflitos de terras estão eclodindo ao longo do Corredor de Nacala.

Agora, a controversa história do ProSAVANA está se repetindo como uma farsa. O Conselho de Ministros de Moçambique está considerando aprovar um projecto massivo ao longo do Rio Lúrio, na região norte de Moçambique, sem fazer consulta junto a uma população de aproximadamente 500,000 pessoas afectadas pelo projecto nessa área.

O Vale do Rio Lúrio: o próximo ProSAVANA?

Eu fui informado sobre o projecto do Vale do Rio Lúrio por um funcionário do Ministério da Agricultura em Dezembro passado. (Veja o meu [artigo anterior](#) para mais detalhes). Ele tinha acabado de me dizer que o ProSAVANA era, em larga escala, um fracasso, que os investidores não estavam interessados, e que o lançamento do projeto havia sido conduzido de forma ruim. Eu esperava que isso fosse indicar uma mudança sincera por parte do governo em termos de comprometimento com tais projectos controversos de larga escala, mas não—o funcionário então me trouxe uma proposta de projecto detalhada para o Vale do Rio Lúrio e orgulhosamente a enalteceu.

O projecto continua envolvido em um manto de segredos— inclusive agora, quando o Conselho de Ministros está considerando aprova-lo. A única informação pública disponível é uma breve apresentação de PowerPoint feita em Janeiro de 2014 para um grupo selectivo de investidores, agências de desenvolvimento e oficiais do governo. A proposta de projecto de 4 centímetros de espessura que eu vi no Ministério da Agricultura não foi disponibilizada ao público.

O projecto do Rio Lúrio é enorme, tão grande quanto qualquer iniciativa do ProSAVANA. Com um orçamento de 4.2 bilhões de dólares americanos, ele inclui dois projectos de barragens e uma série de programas de desenvolvimento agrário cobrindo uma área de mais de 240,000 hectares (cerca de 600,000 acres). Os planos incluem a construção de infra-estrutura de irrigação para dar apoio a uma ampla gama de grandes, médias e pequenas farmas cultivando uma variedade de produtos — algodão, milho, açúcar, etanol e gado.

De acordo com [uma análise](#) feita pelo grupo de pesquisa moçambicano *Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais* ([ADECRU](#)) e pela organização internacional de movimento social [GRAIN](#), a área da proposta do projecto afectaria cerca de 500,000 pessoas ao longo de nove distritos de três províncias da região norte. O relatório estima que o projecto do Rio Lúrio iria deslocar 100,000 pessoas, já que ele atravessa uma das regiões mais populosas da zona rural de Moçambique.

Pesquisadores da ADECRU visitaram no início de Maio oito dos distritos afectados. Os residentes e líderes comunitários relataram que eles não apenas não haviam sido consultados, como também eles nunca haviam sequer ouvido falar sobre esse projecto.

A ADECRU solicitou ao governo uma cópia da proposta do projecto, como previsto pelas leis moçambicanas, mas até 13 de Maio de 2015 eles ainda não tinham recebido resposta alguma. O grupo divulgou naquele mesmo dia, conjuntamente com a *GRAIN*, um [comunicado de imprensa](#) denunciando o carácter sigiloso e secretista do projecto e a falta de consulta pública, e solicitando ao Conselho de Ministros que o mesmo não seja aprovado.

A história está se repetindo? Não teria sido uma das falhas fundamentais do ProSAVANA o seu carácter oculto e secreto, além das consultas públicas tardias com comunidades afectadas? As leis de terra em Moçambique são progressistas e prevêm acesso público à informação e consultas públicas prévias junto às populações impactadas pelo projecto. Alguns investidores seguiram tais leis, e muitos encontraram comunidades dispostas a trabalhar com eles. Muitos outros não as seguiram.

Na minha visita de Dezembro a província nortenha de Nampula, eu vi repetidamente casos de camponeses perdendo as suas terras para estrangeiros sem qualquer aviso prévio. Em alguns casos, eles simplesmente encontraram uma cerca atravessando suas terras, mesmo quando eles tinham título de posse legal (Direito de Uso e Aproveitamento da Terra – DUAT). Outros não conseguiram sequer encontrar qualquer documentação que indicasse a identidade ou a nacionalidade dos farmeiros que ameaçam as suas terras, e tampouco puderam encontrar os mapas que delineavam as terras que haviam sido concedidas a tais usurpadores.

Em relação ao projecto do Rio Lúrio, as investigações da ADECRU não puderam nem identificar os investidores envolvidos. Por outro lado, eles descobriram um consórcio criado para gerir o projecto, trata-se da Companhia do Vale do Rio Lúrio (CVRL). Dois dos principais membros são a companhia *TurConsult*, com um passado de desenvolvimento em hotelaria e turismo, e a *AgriCane*, uma companhia açucareira da África do Sul que também faz consultoria para projectos de larga escala na África. Até agora ninguém identificou outros investidores internacionais ou as possíveis fontes de financiamento para desenvolvimento provenientes de credores internacionais, embora um dos projectos de barragem possa envolver o Banco Mundial.

Consentimento Crítico

Consentimento livre, prévio e informado (CLPI) é um princípio sagrado dos direitos humanos internacionais. As partes afectadas devem ser informadas antes do início de um projecto, e elas devem dar o seu consentimento em um processo livre de coerção ou intimidação. Esse princípio é consagrado em praticamente todas as directrizes e normas criadas recentemente, tais como as “[Directrizes sobre Investimentos Responsáveis em Agricultura](#)” elaboradas pela Comissão Mundial em Segurança Alimentar, e o “[Plano de Acção de Nairobi para Investimentos Agrários de larga escala](#)”. Muitos destes instrumentos estavam em discussão na conferência organizada pela [Coalizão Internacional para o Acesso à Terra](#), da qual eu participei em Dakar, Senegal.

O que torna um projecto de desenvolvimento agrário de larga escala em uma expropriação de terra é a falta de consentimento. No projecto do Rio Lúrio, o governo de Moçambique optou por não disponibilizar as informações antes de aprovar um projecto de larga escala, e falhou em informar e consultar as comunidades afectadas—e muito pior, em obter o seu consentimento.

As consultas tardias do ProSAVANA podem dificilmente ser consideradas como melhorias. A ADECRU e a Comissão Episcopal de Justiça e Paz de Nampula [denunciaram o processo recente de consulta pública](#) como sendo manipulado e por violar as leis de informação do país. Os dois grupos monitoraram 24 das 38 consultas previstas e descobriram membros das comunidades que foram excluídos e intimidados, reuniões abarrotadas com oficiais de governo, e as informações acerca do novo [Plano Director](#) não disponibilizadas a tempo. As consultas não envolveram as muitas comunidades afectadas previstas no plano do projecto.

Projectos agrários internacionais de larga escala continuam sendo controversos mesmo quando eles são introduzidos de acordo com a lei. Quando esses projectos ignoram os princípios de consentimento livre, prévio e informado, eles estão destinados a gerar sérios conflitos. Veremos mais conflitos como esse na região norte de Moçambique, caso o Conselho de Ministros aprove o projecto do Vale do Rio Lúrio.

© 2015 [Food Tank](#)

Timothy A. Wise é Director do Programa de Política e Pesquisa do Instituto de Desenvolvimento Global e Meio Ambiente da Universidade de Tufts.